

**ESPELHO DE PROVA ORAL
QUESTÕES**

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Segundo o STF, a quem compete a consultoria jurídica e representação judicial das autarquias e fundações públicas do Estado de Goiás? É constitucional a criação de um órgão de advocacia pública paralelo (Procuradoria Autárquica)?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
A consultoria jurídica e representação das autarquias é exclusiva da PGE, conforme art. 132 da CF e entendimento do Supremo (ADI 5.541 , rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, <i>DJE</i> de 15-10-2019.)	0,0 – 5,0
A consultoria jurídica e representação das fundações públicas é exclusiva da PGE, conforme art. 132 da CF e entendimento do Supremo (ADI 5.541 , rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, <i>DJE</i> de 15-10-2019.)	0,0 – 5,0
É inconstitucional a criação de órgão da advocacia pública para representar autarquias e fundações do Estado (2,0), em virtude do princípio da unicidade das procuradorias (1,0). [ADI 5.541 , rel. min. Edson Fachin, j. 27-9-2019, P, <i>DJE</i> de 15-10-2019.]	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO CONSTITUCIONAL

2. A Procuradoria-Geral do Estado de Goiás é um órgão constitucional autônomo ou é um órgão integrante da estrutura do Poder Executivo? Submete-se à chefia do Governador do Estado? Explique a diferença entre ambos.

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
O Supremo considera a PGE como órgão integrante do Poder Executivo (2,0), embora existam iniciativas para torná-la autônoma. Submete-se à chefia do Governador do Estado (1,0) por ser integrante do Poder Executivo. [ADI 217, rel. min. Ilmar Galvão, j. 25-8-2002, P, DJ de 13-9-2002.] = ADI 291, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 7-4-2010, P, DJE de 10-9-2010	0,0 – 15,0
Órgão constitucional autônomo é desvinculado dos poderes da República por disposição constitucional (ex: MP e Defensoria)	0,0 – 5,0
Órgão integrante da estrutura do Poder Executivo é aquele que se submete hierarquicamente à estrutura do Chefe do Executivo.	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO CONSTITUCIONAL

3. De acordo com entendimento do STF, uma decisão judicial pode obrigar a fornecer medicamento experimental ou sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)? E em casos excepcionais, como o de mora irrazoável da ANVISA para apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei 13.411/2016)? Responda fundamentando na Constituição e na jurisprudência do Supremo.

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
Segundo o STF (1,0), uma decisão judicial não pode obrigar a fornecer medicamento experimental ou sem registro na ANVISA (RE 657718) (1,0)	0,0 – 10,0
Em casos excepcionais (como mora irrazoável), é possível o deferimento do pedido, desde que preenchidos requisitos fixados pelo STF (RE 657718)	0,0 – 5,0
Embora a Constituição garanta (1,0) o direito à saúde (art. 6º), tal direito não é ilimitado, devendo observar a reserva do possível de acordo com regulamentação do Estado (1,0).	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO CONSTITUCIONAL

4. Considere a seguinte situação hipotética: Em virtude das manifestações verificadas nos últimos anos, o Estado de Goiás edita um Decreto determinando a necessidade de prévia autorização estatal para qualquer manifestação pela população em local aberto. Tal decreto seria compatível com a Constituição?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
O direito de reunião, previsto no art. 5º, XVI, da Constituição, pode ser exercido pela população, independente de autorização (1,0), sendo exigido apenas notificação à autoridade competente (1,0).	0,0 – 10,0
O STF entende que é inconstitucional Decreto que exige prévia autorização para realização de reunião em determinada localidade (1,0), por violação ao direito de reunião (0,1) [ADI 1.969 , rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 28-6-2007, P, <i>DJ</i> de 31-8-2007.]	0,0 – 10,0
A previsão também ofende o princípio da legalidade (art. 5º, II)	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Considere a seguinte situação hipotética: A Polícia Civil do Estado de Goiás declara que pretende iniciar uma greve com o objetivo de obter melhorias salariais. De acordo com entendimento do STF, o Direito de Greve dos servidores públicos é uma norma constitucional de eficácia plena, contida ou limitada? Os servidores da Polícia Civil podem entrar em greve?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
O direito de greve dos servidores públicos é uma norma constitucional de eficácia limitada (1,0), significando dizer que depende de regulamentação (1,0). No entanto, segundo o STF, os servidores públicos civis em geral podem entrar em greve, com base na Lei de Greve dos empregados privados (1,0). [MI 708 , rel. min. Gilmar Mendes, j. 25-10-2007, P, <i>DJE</i> de 31-10-2008.] = MI 670 , rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes, e MI 712 , rel. min. Eros Grau, j. 25-10-2007, P, <i>DJE</i> de 31-10-2008	0,0 – 15,0
O STF entende que os servidores integrantes da Polícia Civil não podem entrar em greve (1,0), já que integram a estrutura da segurança pública (1,0). Polícia Civil não pode. [ARE 654.432 , rel. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, j. 5-4-2017, P, <i>DJE</i> de 11-6-2018, Tema 541.]	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. O regime jurídico de improbidade administrativa consta da Lei 8.429, com aplicação para todos os entes federativos. Sobre esse assunto, responda fundamentadamente:
- a) um mesmo agente público pode sofrer penas em uma ação de improbidade administrativa e em um processo administrativo disciplinar, sem que isso seja *bis in idem*?
 - b) é possível que um agente público sofra sanções por improbidade administrativa sem ter causado prejuízo ao erário? Em quais hipóteses?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Sim. Conforme art. 12 da Lei 8.429, as sanções cíveis, administrativas e penais são independentes das sanções em sede de improbidade administrativa (1,0), não importando em <i>bis in idem</i> (1,0).	0,0 – 10,0
b) Sim. O tipo infracional de improbidade por prejuízo ao erário (art. 10) não é a única prevista na Lei 8.429 (1,0). Também é possível que o servidor seja responsabilizado por enriquecimento ilícito (art. 9º) (1,0) ou violação a princípios (art. 11) (1,0), além da nova hipótese do art. 10-A. A própria lei prevê essa desvinculação no art. 21, I.	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

7. Considere a seguinte situação hipotética: Um policial militar, em atendimento a um chamado, colide sua viatura com um carro particular que se encontrava em alta velocidade. O particular ajuizou ação contra o Estado requerendo indenização por dano sofrido, porém a perícia apurou que o acidente ocorreu por excesso de velocidade do particular. Responda fundamentadamente:
- De acordo com a Constituição, qual o regime geral de responsabilidade do Estado? Caso o Estado seja condenado, é possível o ajuizamento de ação contra o agente público causador do dano para obter o ressarcimento?
 - No caso específico, o Estado deverá responder? Por que?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Como regra geral, o regime é o de responsabilidade objetiva (1,0), segundo a teoria do risco administrativo (1,0), conforme art. 37, §6º. Caso o Estado seja condenado, poderá ajuizar ação regressiva se comprovado dolo ou culpa do servidor (1,0).	0,0 – 15,0
b) No caso específico, o Estado não deverá responder, tendo em vista a ocorrência de uma excludente de responsabilidade (1,0), denominada culpa exclusiva da vítima (1,0).	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

8. De acordo com a Constituição (art. 37, XXI), a licitação é um procedimento para garantir a impessoalidade nas contratações de bens, serviços ou obras pelo Estado. No entanto, a legislação pode ressaltar algumas hipóteses, permitindo a contratação direta sem licitação. Sobre esse assunto, responda:
- Qual a diferença entre dispensa de licitação e inexigibilidade de licitação?
 - Em ambas as hipóteses, é preciso justificar o preço por meio de processo administrativo?
 - Existe responsabilidade criminal no caso de dispensa ou inexigibilidade fora das hipóteses legais:

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) A dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666) é uma autorização para não licitar, havendo uma discricionariedade para o gestor decidir (1,0). A inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666) serve para hipóteses em que não há como realizar a licitação por inviabilidade técnica (1,0).	0,0 – 10,0
b) Sim. A exigência de justificativa de preço serve para qualquer contratação realizada pelo Estado (1,0), mesmo nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade (1,0) (art. 26, parágrafo único, III, da Lei 8.666)	0,0 – 10,0
c) Sim. A dispensa ou inexigibilidade fora das hipóteses legais pode gerar crime previsto no art. 89 da Lei 8.666.	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. De acordo com a legislação e doutrina, os cargos públicos podem ser classificados de acordo com a estabilidade do vínculo. Fala-se em cargo efetivo, vitalício e em comissão. Responda fundamentadamente:
- Qual a diferença entre cargo efetivo, cargo vitalício e cargo em comissão?
 - Qual a diferença entre estabilidade e vitaliciedade?
 - É possível a demissão de um servidor estável por avaliação periódica de desempenho negativa?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) O cargo efetivo é o que adquire estabilidade após 3 anos de efetivo exercício (1,0). O cargo vitalício é o que adquire vitaliciedade, quando previsto na Constituição, como os casos dos membros da magistratura e do MP (1,0). O cargo em comissão é o de livre nomeação e exoneração (1,0).	0,0 – 15,0
b) A estabilidade é adquirida após o período de 3 anos por ocupante de cargo efetivo, podendo perder o cargo por processo administrativo disciplinar. A vitaliciedade é adquirida, como regra, após o período de 2 anos e a perda do cargo só acontece por decisão judicial transitada em julgado.	0,0 – 5,0
c) Embora a Constituição preveja a demissão de servidor estável por avaliação periódica de desempenho (CF, art. 41, parágrafo único, III), isso depende de lei complementar, até agora não editada.	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO ADMINISTRATIVO

10. Uma das prerrogativas conferidas à Administração Pública é a possibilidade de rever os seus atos para melhor compatibilizá-los com a lei ou com o interesse público. A respeito do assunto e considerando os princípios administrativos, responda fundamentadamente:

- a) O que é o princípio da autotutela?
- b) Qual a diferença de efeitos entre a anulação e a revogação?
- c) Existe um prazo para o Estado anular seus próprios atos?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) A autotutela é a possibilidade da Administração Pública anular seus próprios atos quando ilegais (1,0) ou revogá-los quando inconvenientes ou inoportunos (1,0), conforme art. 53 da Lei 9.784 e Súmulas 473 e 346 do STF.	0,0 – 10,0
b) A anulação possui efeitos retrospectivos (ex tunc) (1,0), enquanto a revogação possui efeitos prospectivos (ex nunc) (1,0).	0,0 – 10,0
c) A anulação deve observar o prazo decadencial de cinco anos em relação a terceiros de boa-fé, conforme art. 54 da Lei 9.784/99.	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO CIVIL

11. O patrimônio público é objeto de um regime jurídico próprio para sua proteção. Sobre o assunto de bens públicos, responda fundamentadamente:

- a) Qual a diferença entre bens públicos de uso comum, de uso especial e dominicais?
- b) Os bens públicos podem ser objeto de usucapião? E os bens dominicais?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Bens de uso comum (1,0) são aqueles de acesso ao público em geral, tais como rios, mares, estradas e praças (CC, art. 99, I). Bens de uso especial (1,0) são os destinados ao serviço público, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias (CC, art. 99, II). Bens dominicais (1,0) são aqueles sem destinação específica (CC, art. 99, III)	0,0 – 15,0
b) Os bens públicos não podem ser objeto de usucapião (1,0), pois são imprescritíveis (CF, art. 183 e 191, parágrafo único). Nem mesmo os bens dominicais podem ser objeto de usucapião (1,0), conforme Súmula 340 do STF.	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO CIVIL

12. A organização da Administração Pública é fundamental para o bom funcionamento das atividades administrativas. Sobre o assunto, responda fundamentadamente: a) qual a diferença entre Administração Pública Direta e Indireta? b) O Estado pode criar fundações de Direito Privado? Nesse caso, ela deverá observar o regime jurídico administrativo?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) A Administração Pública Direta corresponde aos entes federativos (1,0), como União, Estados, DF e Municípios. A Administração Pública indireta é composta por pessoas jurídicas integrantes do Estado (1,0), de direito público ou privado, como autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.	0,0 – 10,0
b) Sim. Fundações podem ser criadas com regime de direito público ou de direito privado, conforme previsão no seu estatuto. STF. Plenário. RE 716378/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 1º e 7/8/2019 (repercussão geral) (Info 946).	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO CIVIL

13.A LINDB passou por importantes mudanças em decorrência da Lei 13.655/2018, que alterou alguns de seus dispositivos. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) A mudança de entendimento do Estado possui aplicação retroativa e pode gerar invalidade de atos jurídicos praticados anteriormente?
- b) Em decisões administrativas, o Gestor Público é obrigado a analisar as consequências jurídicas da sua decisão?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Não. Conforme art. 24 da LINDB: “A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas” (3,0)	0,0 – 15,0
b) Sim. A indicação das consequências é prevista no art. 21 da LINDB: “A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

14. A concessão de tutela provisória é prevista expressamente no CPC como medida de urgência ou cautelar. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) Quais os requisitos para concessão de uma tutela provisória de urgência?
- b) Qual o recurso cabível contra decisão que concede tutela provisória antes da sentença?
- c) Como regra, é possível uma tutela provisória contra o Poder Público condenando a pagar uma indenização por danos morais?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Os requisitos são: probabilidade do direito (1,0) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (1,0), conforme art. 300 do CPC.	0,0 – 10,0
b) O recurso cabível é o agravo de instrumento (1,0), tendo em vista se tratar de decisão interlocutória (1,0), conforme art. 1.015, I, do CPC.	0,0 – 10,0
c) Como regra não, haja vista que o Poder Público se submete à sistemática de precatórios, na forma do art. 100 da CF.	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

15. A Lei 8.429/92 dispõe sobre o regime jurídico de responsabilidade por improbidade administrativa e tem grande importância no âmbito do direito processual civil. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) Quem possui legitimidade ativa para ajuizar ação de improbidade administrativa?
- b) É possível a realização de acordo de não persecução cível em ação de improbidade administrativa?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) O Ministério Público (2,0) e a pessoa jurídica interessada (2,0), conforme art. 17, <i>caput</i> , da Lei 8.429.	0,0 – 20,0
b) Sim. Atualmente, é possível a realização de acordo de não persecução cível, o que fez parte de uma das alterações do Pacote Anti Crime (Lei 8.429, art. 17, <i>caput</i>).	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Como regra, um advogado privado precisa de procuração para atuar em processos judiciais na representação de pessoas físicas ou jurídicas. Sobre a capacidade postulatória do Poder Público, responda fundamentadamente:
- a) Para um Procurador do Estado atuar em processo judicial representando o Estado, é necessário juntar procuração aos autos? Por que?
 - b) Quando o Estado é colocado como réu em uma ação pelo rito comum, quem é a autoridade que deverá receber a citação?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Não é necessário juntar procuração, haja vista que o mandato é decorrente da própria lei (<i>ex lege</i>).	0,0 – 10,0
c) A autoridade competente para receber o mandado de citação é o Procurador-Geral do Estado.	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. Sobre a sistemática de intimação e contagem de prazo no CPC, responda fundamentadamente:

- a) A advocacia pública é considerada intimada por meio de publicação do ato processo no Diário Oficial? Por que?
- b) Como é contado o prazo para prática de atos processuais pelos advogados públicos?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Não. A intimação da advocacia pública acontece de maneira pessoal, mediante carga, remessa ou meio eletrônico (CPC, art. 183, parágrafo 1).	0,0 – 10,0
d) O prazo para prática de atos processuais pelos advogados públicos é contado em dobro, conforme art. 183, <i>caput</i> .	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. No CPC, uma das partes mais relevantes para defesa do Estado é a parte recursal. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) Explique a diferença das hipóteses de cabimento da apelação e do agravo de instrumento?
- b) Qual a hipótese de cabimento dos embargos declaratórios?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
b) A apelação (1,0) é cabível contra sentenças (CPC, art. 1.009), enquanto o agravo de instrumento (1,0) é utilizado para atacar decisões interlocutórias (CPC, art. 1.015).	0,0 – 10,0
e) Os embargos declaratórios são utilizados para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; corrigir erro material.	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO TRIBUTÁRIO

19. Um dos principais instrumentos para viabilizar a arrecadação do Estado é a execução fiscal, regulada pela Lei 6.830/80. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) Qual a diferença entre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e o redirecionamento em sede de execução fiscal?
- b) Segundo o STJ, a Fazenda Pública se submete ao IDPJ?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) O IDPJ é um incidente processual (1,0), que instaura o contraditório paralelamente a um processo principal (CPC, art. 133 e ss). Por outro lado, o redirecionamento da execução fiscal acontece na própria execução fiscal (1,0) mediante simples petição da Fazenda Pública (1,0).	0,0 – 15,0
b) A Fazenda Pública não se submete ao IDPJ (1,0), conforme entendimento do STJ (<u>REsp 1786311</u>), podendo requerer o redirecionamento na própria execução (1,0)	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO TRIBUTÁRIO

20. Um dos principais instrumentos para viabilizar a arrecadação do Estado é a execução fiscal, regulada pela Lei 6.830/80. Por outro lado, o contribuinte tem a possibilidade de se defender, conforme a legislação. Sobre o assunto, responda fundamentadamente:

- a) Qual a diferença entre Embargos à Execução e Exceção de Pré-Executividade?
- b) É possível a apresentação de Embargos à Execução sem garantia do juízo?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Embargos à Execução possui natureza jurídica de ação (1,0), gerando a instauração de um novo processo paralelo à execução fiscal (LEF, art. 16). A Exceção de Pré-Executividade é promovida por meio de simples petição (1,0) na própria execução fiscal em virtude de matéria de ordem pública que não demanda dilação probatória (1,0), conforme Súmula 393-STJ.	0,0 – 15,0
b) Os Embargos à Execução só podem ser apresentados com a garantia do juízo (1,0), conforme entendimento do STJ e com base no 16, §1º da LEF (1,0).	0,0 – 10,0
TOTAL	25,0

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. No âmbito do Direito Tributário, o contribuinte tem ações que pode utilizar para impugnar tributações impostas pelo fisco, entre elas a ação anulatória. No caso de auto de infração lavrado pelo Estado de Goiás, é possível a exigência de depósito prévio como condição para ajuizamento de ação judicial visando discutir o crédito tributário? Qual a diferença entre a ação anulatória e os embargos à execução?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Não. Conforme a Súmula Vinculante 27: “É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário” (2,0)	0,0 – 10,0
b) A ação anulatória pode ser ajuizada antes ou depois da execução fiscal (1,0) e não depende de garantia do juízo (1,0). Por outro lado, os Embargos à Execução só podem ser apresentados com execução fiscal em curso e mediante garantia do juízo (1,0).	0,0 – 15,0
TOTAL	25,0

DIREITO TRIBUTÁRIO

22. Na arrecadação do Estado, dois institutos jurídicos importantes são a transação e o parcelamento. Sobre esses institutos, responda fundamentadamente:

a) qual a diferença de efeito entre a transação e o parcelamento no Direito Tributário?

b) Qual a condição para que a Procuradoria realize transação e parcelamento em processos judiciais?

CRITÉRIO AVALIADO	PONTUAÇÃO
a) Enquanto a transação (2,0) é causa extintiva do crédito tributário (CTN, art. 156, III), enquanto o parcelamento (2,0) é causa de suspensão do crédito tributário (CTN, art. 151, VI).	0,0 – 20,0
b) Para que a PGE realize transação ou parcelamento, é necessário previsão em lei (1,0).	0,0 – 5,0
TOTAL	25,0